



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING INTERNET

21/10/2014 ATÉ 21/10/2014



INDÍCE

1	BLOG GENIVALDO ABREU	
	1.1 DECISÕES.....	1
2	BLOG LUÍS CARDOSO	
	2.1 DECISÕES.....	2
3	BLOG LUÍS PABLO	
	3.1 DECISÕES.....	3
4	BLOG SÉRGIO MATIAS	
	4.1 VARA CRIMINAL.....	4
5	O IMPARCIAL ONLINE	
	5.1 AÇÕES CORREGEDORIA.....	5
6	SITE 180 GRAUS	
	6.1 AÇÕES CORREGEDORIA.....	6 7
	6.2 AÇÕES TJMA.....	8
	6.3 DECISÕES.....	9 10
	6.4 DESEMBARGADOR.....	11
7	SITE ADVOGADO NEWS	
	7.1 AÇÕES TJMA.....	12
	7.2 CURSOS.....	13
	7.3 DECISÕES.....	14
	7.4 DESEMBARGADOR.....	15
	7.5 JUÍZES.....	16
	7.6 PROCESSO SELETIVO.....	17
	7.7 TELEJUDICIÁRIO.....	18
8	SITE IDIFUSORA	
	8.1 TELEJUDICIÁRIO.....	19
	8.2 VARA DA MULHER.....	20
9	SITE JUSBRASIL	
	9.1 AÇÕES CORREGEDORIA.....	21
	9.2 PROCESSO SELETIVO.....	22

Estado é condenado a pagar R\$ 1 milhão à Adepol

As Primeiras Câmaras Cíveis Reunidas do Tribunal de Justiça do Maranhão decidiram condenar o Estado do Maranhão a pagar R\$ 1 milhão à Associação dos Delegados de Polícia Civil (Adepol). A multa imposta ao ente público foi pela demora em cumprir ordem judicial que determinava a nulidade de atos administrativos que transferiram delegados da capital para cidades do interior.

O órgão colegiado julgou procedente o recurso do Estado para reduzir a quantia da multa a ser paga, que em seu valor original era de R\$ 5.520.000,00. As portarias de remoção dos três delegados foram assinadas em dezembro de 2009.

À época, a Adepol ajuizou mandado de segurança contra a remoção e obteve êxito no pedido, que transitou em julgado (quando não cabe mais recurso). Consta nos autos que o Estado resistiu em cumprir a decisão, apesar da fixação posterior de multa diária de R\$ 100 mil.

O Estado alegou excesso de execução, sob o argumento de que os valores fixados teriam sido exorbitantes. Em razão disso, pediu a redução da multa. A Procuradoria Geral de Justiça opinou pela redução do valor a patamares razoáveis.

O desembargador Marcelo Carvalho Silva (relator) entendeu ser possível a redução da multa, mesmo com o trânsito em julgado da sentença de mérito. Julgou necessário que houvesse a adequação às circunstâncias dos fatos e ao resultado prático que se pretendia ao final.

O relator lembrou que a multa foi fixada no mandado de segurança em R\$ 10 mil, sendo posteriormente majorada por força da decisão que determinou ao Secretário de Segurança de Estado a relocação de um dos delegados.

Carvalho Silva disse que o acúmulo da multa diária alcançou patamar estratosférico, embora o Estado tenha oferecido muita resistência ao cumprimento da obrigação de fazer, o que o motivou a majorar o valor da multa diária, até que o acórdão fosse devidamente cumprido.

O magistrado citou entendimento pacífico do Superior Tribunal de Justiça (STJ) quanto à possibilidade de redução da multa por descumprimento de decisão judicial, além de precedentes de sua própria autoria. Em razão disso, reduziu o valor para R\$ 1 milhão.

A maioria dos desembargadores presentes acompanhou o voto do relator.

Estado é condenado a pagar R\$ 1 milhão por demora no cumprimento de ordem judicial

A Adepol ajuizou mandado de segurança contra a remoção e obteve êxito no pedido, Consta nos autos que o Estado resistiu em cumprir a decisão, apesar da fixação posterior de multa diária de R\$ 100 mil.

As Primeiras Câmaras Cíveis Reunidas do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) decidiram condenar o Estado do Maranhão a pagar R\$ 1 milhão à Associação dos Delegados de Polícia Civil (Adepol). A multa imposta ao ente público foi pela demora em cumprir ordem judicial que determinava a nulidade de atos administrativos que transferiram delegados da capital para cidades do interior.

O órgão colegiado julgou procedente o recurso do Estado para reduzir a quantia da multa a ser paga, que em seu valor original era de R\$ 5.520.000,00. As portarias de remoção dos três delegados foram assinadas em dezembro de 2009.

À época, a Adepol ajuizou mandado de segurança contra a remoção e obteve êxito no pedido, que transitou em julgado (quando não cabe mais recurso). Consta nos autos que o Estado resistiu em cumprir a decisão, apesar da fixação posterior de multa diária de R\$ 100 mil.

O Estado alegou excesso de execução, sob o argumento de que os valores fixados teriam sido exorbitantes. Em razão disso, pediu a redução da multa. A Procuradoria Geral de Justiça opinou pela redução do valor a patamares razoáveis.

O desembargador Marcelo Carvalho Silva (relator) entendeu ser possível a redução da multa, mesmo com o trânsito em julgado da sentença de mérito. Julgou necessário que houvesse a adequação às circunstâncias dos fatos e ao resultado prático que se pretendia ao final.

O relator lembrou que a multa foi fixada no mandado de segurança em R\$ 10 mil, sendo posteriormente majorada por força da decisão que determinou ao Secretário de Segurança de Estado a relocação de um dos delegados.

Carvalho Silva disse que o acúmulo da multa diária alcançou patamar estratosférico, embora o Estado tenha oferecido muita resistência ao cumprimento da obrigação de fazer, o que o motivou a majorar o valor da multa diária, até que o acórdão fosse devidamente cumprido.

O magistrado citou entendimento pacífico do Superior Tribunal de Justiça (STJ) quanto à possibilidade de redução da multa por descumprimento de decisão judicial, além de precedentes de sua própria autoria. Em razão disso, reduziu o valor para R\$ 1 milhão.

A maioria dos desembargadores presentes acompanhou o voto do relator. (Processo nº 447522013)

Assessoria de Comunicação do TJMA

Estado é condenado a pagar R\$ 1 milhão à Adepol

As Primeiras Câmaras Cíveis Reunidas do Tribunal de Justiça do Maranhão decidiram condenar o Estado do Maranhão a pagar R\$ 1 milhão à Associação dos Delegados de Polícia Civil (Adepol). A multa imposta ao ente público foi pela demora em cumprir ordem judicial que determinava a nulidade de atos administrativos que transferiram delegados da capital para cidades do interior.

O órgão colegiado julgou procedente o recurso do Estado para reduzir a quantia da multa a ser paga, que em seu valor original era de R\$ 5.520.000,00. As portarias de remoção dos três delegados foram assinadas em dezembro de 2009.

À época, a Adepol ajuizou mandado de segurança contra a remoção e obteve êxito no pedido, que transitou em julgado (quando não cabe mais recurso). Consta nos autos que o Estado resistiu em cumprir a decisão, apesar da fixação posterior de multa diária de R\$ 100 mil.

O Estado alegou excesso de execução, sob o argumento de que os valores fixados teriam sido exorbitantes. Em razão disso, pediu a redução da multa. A Procuradoria Geral de Justiça opinou pela redução do valor a patamares razoáveis.

O desembargador Marcelo Carvalho Silva (relator) entendeu ser possível a redução da multa, mesmo com o trânsito em julgado da sentença de mérito. Julgou necessário que houvesse a adequação às circunstâncias dos fatos e ao resultado prático que se pretendia ao final.

O relator lembrou que a multa foi fixada no mandado de segurança em R\$ 10 mil, sendo posteriormente majorada por força da decisão que determinou ao Secretário de Segurança de Estado a relotação de um dos delegados.

Carvalho Silva disse que o acúmulo da multa diária alcançou patamar estratosférico, embora o Estado tenha oferecido muita resistência ao cumprimento da obrigação de fazer, o que o motivou a majorar o valor da multa diária, até que o acórdão fosse devidamente cumprido.

O magistrado citou entendimento pacífico do Superior Tribunal de Justiça (STJ) quanto à possibilidade de redução da multa por descumprimento de decisão judicial, além de precedentes de sua própria autoria. Em razão disso, reduziu o valor para R\$ 1 milhão.

A maioria dos desembargadores presentes acompanhou o voto do relator. (As informações são da Assessoria do TJMA)

Polícia Civil prende assaltante em Bacabal

Uma ação dos investigadores lotados na 16ª Regional de Bacabal, coordenada pelo DPC Carlos Alessandro, resultou, no final de semana, no cumprimento a um mandado de prisão preventiva em desfavor de Cleiton Silva Pereira, o "Branquinho", de 21 anos. Ele foi detido no bairro Vila São João, no município de Bacabal.

A ordem judicial foi solicitada pelo titular do 1º DP de Bacabal, o DPC Day Robson Costa e Silva, e foi expedida pelo juiz Marco Aurélio Marques, da 4ª Vara Criminal de Bacabal, e diz respeito aos crimes de roubo qualificado, concurso de pessoas com emprego de arma de fogo. Segundo o delegado regional da cidade, o DPC Carlos Alessandro, Cleiton foi preso, por volta das 13 horas, em uma oficina mecânica, na Vila São João.

O indivíduo é suspeito de ter participado em um roubo ocorrido, no dia 18 de setembro, no shopping do Viva Cidadão, localizado em Bacabal. Na ocasião, Cleiton e mais um comparsa, Antônio Conceição Nascimento, 19 anos, que já está preso, chegaram ao local armados e anunciaram o assalto. Eles subtraíram 700 cédulas de RG e várias folhas de antecedentes criminais, todas em branco, amando de José Carlos Gana, 26 anos, que também está detido.

Cleiton foi encaminhado para a 16ª regional de Bacabal, onde foram realizados os procedimentos policiais, e, logo em seguida, foi recambiado para a Unidade Prisional de Bacabal. (Informações da Polícia Civil do Maranhão).

Outubro Rosa chega ao Fórum de Justiça de São Luís

A campanha Outubro Rosa, que em todo mundo visa a promover o combate ao câncer de mama por meio da prevenção pelo diagnóstico precoce da doença, recebe apoio do Judiciário maranhense em cada nova edição. Em 2014, o Tribunal de Justiça e a Corregedoria já vinham manifestando apoio à iniciativa com ações internas. O fórum de São Luís intensificou as ações na última sexta 17, oportunidade em que servidores vestiram rosa e distribuíram laços na mesma cor para o público que esteve no prédio da Justiça, que também já conta com iluminação externa em tom rosado.

"O câncer de mama não é um problema só da mulher. Psicologicamente a família de quem tem câncer também é afetada", disse o vigilante Daniel Bastos, que esteve no fórum na sexta-feira (17) e, ao ser atendido na Contadoria Judicial, conheceu mais sobre a campanha e aderiu ao movimento, usando o laço rosa. Ele elogiou a iniciativa e disse que ações como essa são importantes para incentivar a prevenção do câncer.

A chefe da Contadoria Judicial, Danielle Bottentuit, ressaltou que os servidores aderiam à campanha, vestindo-se de roupas no tom rosa e repassando informações sobre o movimento às pessoas que buscaram os serviços da unidade durante toda a sexta-feira (17). A sala de atendimento ao público também foi decorada com balões cor de rosa em forma de laços.

A campanha ganhou a adesão não apenas das servidoras. Os servidores também usaram roupas na cor rosa. "Essa campanha é importante para difundir o exame preventivo e para reconhecer a crescente participação das mulheres na realização do exame de câncer", disse Carlos Andrew, que trabalha na Contadoria. Mas é importante destacar que, apesar da campanha ser voltada para o público feminino, o câncer de mama também pode ocorrer em homens.

Com 75% do quadro de servidores formado por mulheres, a Turma Recursal Cível e Criminal de São Luís teve adesão total à campanha. "Diante do grande número de casos de câncer de mama no Brasil, é importante incentivar as mulheres a realizar o autoexame para o diagnóstico precoce da doença", disse a secretária judicial da Turma Recursal, Márcia Rocha.

De acordo com o Instituto Nacional do Câncer (Inca), a estimativa é de que em 2014 sejam diagnosticados mais de 57 mil novos casos de câncer de mama no Brasil, sendo o tipo da doença que mais mata no país. Informações do Instituto também apontam o diagnóstico tardio como a principal causa do alto índice de mortalidade no Brasil, se comparado com países desenvolvidos. Mais informações sobre a doença podem ser obtidas no portal do Inca www2.inca.gov.br.

A Diretoria do Fórum de São Luís também integrou o movimento na sexta-feira (17), com todos os servidores vestidos no tom rosa. Na 2ª Vara da Infância e Juventude, o juiz titular da unidade, José dos Santos Costa, e os servidores elegeram a quarta-feira (15) como dia "D" para demonstrar o apoio à campanha, vestindo-se todos a caráter.

A Campanha - O movimento popular conhecido como Outubro Rosa é comemorado em todo o mundo. Começou nos Estados Unidos, onde vários estados tinham ações isoladas referentes ao câncer de mama e ou mamografia no mês de outubro. Posteriormente, com a aprovação do Congresso Americano, outubro se tornou o mês nacional (norte americano) de prevenção do câncer de mama.

Esse movimento começou em 1990, durante a primeira "Corrida pela Cura", em Nova Iorque (EUA). Em 1997,

entidades de outras cidades dos EUA começaram a promover atividades voltadas ao diagnóstico e prevenção da doença e o mês de outubro foi escolhido como marco para as ações. O nome remete à cor do laço que simboliza a luta contra o câncer de mama e estimula a participação da população, empresas e entidades.

A doença - O câncer de mama, como todo tumor maligno, é caracterizado por um crescimento acelerado, desordenado e agressivo de células, que por consequência de uma mutação adquirem a capacidade de se multiplicar. Na fase mais aguda, o câncer costuma se espalhar para outras partes do corpo, um fenômeno conhecido como metástase.

A doença recebe este nome porque atinge glândulas mamárias formadas por lobos, que se dividem em estruturas menores chamadas lóbulos e ductos mamários. Há diferentes tipos de câncer de mama e a realização do procedimento médico conhecido como biópsia, permite uma análise patológica do tumor, a qual ajuda a identificar qual é o estágio do câncer.

O câncer tem cura, mas é importante o diagnóstico precoce. A principal arma é a prevenção, que inclui procedimentos que podem ser realizados em casa ou por meio de exames médicos especializados. Destaca-se que a maioria dos nódulos detectados na mama é benigna e quanto mais cedo eles forem detectados, mais fácil será a cura.

Outubro Rosa chega ao Fórum de Justiça de São Luís

A campanha Outubro Rosa, que em todo mundo visa a promover o combate ao câncer de mama por meio da prevenção pelo diagnóstico precoce da doença, recebe apoio do Judiciário maranhense em cada nova edição. Em 2014, o Tribunal de Justiça e a Corregedoria já vinham manifestando apoio à iniciativa com ações internas.

O fórum de São Luís intensificou as ações na última sexta 17, oportunidade em que servidores vestiram rosa e distribuíram laços na mesma cor para o público que esteve no prédio da Justiça, que também já conta com iluminação externa em tom rosado.

Outubro Rosa chega ao Fórum de Justiça de São Luís

A campanha Outubro Rosa, que em todo mundo visa a promover o combate ao câncer de mama por meio da prevenção pelo diagnóstico precoce da doença, recebe apoio do Judiciário maranhense em cada nova edição. Em 2014, o Tribunal de Justiça e a Corregedoria já vinham manifestando apoio à iniciativa com ações internas.

O fórum de São Luís intensificou as ações na última sexta 17, oportunidade em que servidores vestiram rosa e distribuíram laços na mesma cor para o público que esteve no prédio da Justiça, que também já conta com iluminação externa em tom rosado.

Programas do TJMA promovem qualidade de vida no trabalho

Divisão Psicossocial do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) oferece aos servidores e seus dependentes programas e serviços voltados à qualidade de vida. Por meio da adoção de novas posturas, o público é estimulado a vencer dificuldades comportamentais e sociais.

No setor, psicólogos, assistentes sociais, técnico e auxiliar judiciário atuam na promoção de ações e programas voltados para os servidores e dependentes, além de usuários da justiça.

De acordo com relatório do setor, no ano de 2013, 880 pessoas foram atendidas. Os procedimentos (1.157) incluem sessões de psicoterapia (410), assistência social (38), atendimento psicossocial (12), acompanhamento a servidores em licença médica com visitas domiciliares ou hospitalares (25), campanhas (2), encaminhamento administrativo (74) e outros.

Policia Civil cumpre mandado de prisão em Pedreiras

Uma equipe de investigadores da Delegacia de Bacabal, sob a coordenação do delegado Thiago Salgado, deu cumprimento a um mandado de prisão preventiva, no final de semana, contra José Cutrim Oliveira, de 26 anos. Ele foi detido na cidade de Pedreiras.

A ordem judicial foi expedida pela Comarca de Bacabal e diz respeito ao crime de roubo qualificado. Segundo o delegado Thiago Salgado, o indivíduo foi preso na casa do seu pai, onde estava foragido desde o dia 16 de setembro, quando cometeu três assaltos, somente em um dia, em três supermercados, no bairro Centro, em Bacabal. Na ocasião, José Cutrim subtraiu dos estabelecimentos dinheiro e objetos de valor

Acusado de assassinato é absolvido em Penalva

A juíza Elaile Silva Carvalho presidiu um julgamento em Penalva, comarca da qual é titular. No banco dos réus, Cleiton de Souza Evangelista, que estava sendo acusado de praticar homicídio contra Fernando Mendonça Soares, em caso ocorrido em outubro de 2013. Cleiton Evangelista, também conhecido como índio, foi absolvido pelo conselho de sentença.

De acordo com a denúncia, Cleiton Evangelista teria assassinado Fernando em outubro de 2013, dentro da oficina Xanxo Peças, com três tiros de revólver. Eles estariam na oficina, quando Fernando perguntou a Cleiton sobre um revólver.

A partir daí denunciado e vítima discutiram fortemente, foi quando Cleiton sacou a arma e disparou contra Fernando. Após efetuar os disparos, Cleiton fugiu.

Desembargador Froz Sobrinho profere palestra na Conferência Nacional dos Advogados

O desembargador Froz Sobrinho profere, nesta terça-feira (21), a palestra “Execução Penal e Direitos Constitucionais do Encarcerado”, na XXII Conferência Nacional dos Advogados, maior encontro jurídico da América Latina.

O evento está sendo realizado no Rio de Janeiro, no Riocentro, tendo como tema central “Constituição Democrática e Efetivação dos Direitos”. A exposição do magistrado ocorrerá no painel “Sistema Carcerário e Direito Penal”.

Cerca de 15 mil advogados participam do conclave para assistir a mais de 250 palestrantes, 40 painéis e conferências magnas. Os maiores nomes do direito e de outras áreas participam do mais importante fórum de debates da advocacia e da sociedade.

Programas do TJMA promovem qualidade de vida no trabalho

A Divisão Psicossocial do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) oferece aos servidores e seus dependentes programas e serviços voltados à qualidade de vida. Por meio da adoção de novas posturas, o público é estimulado a vencer dificuldades comportamentais e sociais.

No setor, psicólogos, assistentes sociais, técnico e auxiliar judiciário atuam na promoção de ações e programas voltados para os servidores e dependentes, além de usuários da justiça.

De acordo com relatório do setor, no ano de 2013, 880 pessoas foram atendidas. Os procedimentos (1.157) incluem sessões de psicoterapia (410), assistência social (38), atendimento psicossocial (12), acompanhamento a servidores em licença médica com visitas domiciliares ou hospitalares (25), campanhas (2), encaminhamento administrativo (74) e outros.

As principais demandas recebidas estão relacionadas a situações de dificuldades pessoais, familiares, de relacionamento e no trabalho, uso de substâncias psicoativas (álcool e drogas), depressão, síndrome do pânico, transtorno obsessivo compulsivo (TOC), transtorno bipolar, afastamento em decorrência de licenças médicas, e insatisfação na avaliação funcional.

PROGRAMAS - Entre os programas desenvolvidos está o Bem Estar, que estimula a qualidade de vida no trabalho, por meio de atividades sócio-educativas, atendimento social e psicológico, acompanhamento de servidores em licença médica e execução de projetos específicos.

Há também o Bem Viver, que desenvolve ações preventivas e presta atendimento aos servidores usuários de substâncias psicoativas, sobretudo quanto este fator estiver interferindo na vida pessoal e profissional. O atendimento é realizado a partir da procura espontânea do servidor ou do encaminhamento pela chefia imediata ou da Divisão Médica.

O Doe Sangue incentiva a doação de sangue para atender aos servidores e dependentes em caso de necessidade de transfusão. Em parceria com o Hemocentro do Maranhão (HEMOMAR), a divisão promove campanhas de doação periódicas juntos aos servidores e conta com um quadro de 100 doadores.

Para agendar uma consulta no setor, basta dirigir-se à unidade que fica no segundo andar do prédio sede do TJMA (Av. Pedro II), onde funcionava a sala do Telejudiciário, em frente ao setor odontológico, no horário das 8h às 18h. O telefone é: 3198 4393/3198 4395

Servidores do Judiciário terão curso de oratória

Duas novas turmas do treinamento em oratória para servidores do Poder Judiciário foram formadas pela Escola Superior da Magistratura do Maranhão (ESMAM).

As aulas ocorrerão entre o dias 20 e 24 deste mês, nos turnos matutino e vespertino, tendo como ministrante o professor, radialista e instrutor de comunicação e oratória do Senac, Robson Junior. A carga horária é de 20 horas.

Os treinamentos promovidos pela Esmam contam para efeitos de promoção na carreira e podem incidir sobre o vencimento-base como adicional de qualificação, ocorrendo acréscimo de 1% ao servidor que possua conjunto de ações de treinamento que totalize pelo menos 120 horas, observado o limite de 3%.

Banco deve indenizar cliente que sacou notas falsas em caixa eletrônico

O cliente informou que ao efetuar um saque de R\$ 400,00 em um caixa eletrônico do banco encontrou entre as cédulas recebidas uma nota de R\$ 100, que seria falsa.

O Banco do Brasil terá que indenizar, por danos morais, um cliente, que teria sacado nota falsa em um caixa eletrônico daquela instituição financeira, conforme da 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), que manteve sentença da o juízo da 13ª Vara Cível de São Luís.

O cliente informou que ao efetuar um saque de R\$ 400,00 em um caixa eletrônico do banco encontrou entre as cédulas recebidas uma nota de R\$ 100, que seria falsa, sendo recusada por um estabelecimento comercial onde tentou fazer uma compra.

O Banco do Brasil recorreu contra a condenação, pedindo a improcedência dos pedidos do cliente ou a redução do valor fixado da indenização.

O relator do recurso, desembargador Jorge Rachid, considerou comprovado o saque da nota falsa, fato que não teria sido contestado pelo banco, demonstrando a falha na prestação de serviço na medida em que a instituição permitiu a circulação de cédulas falsas no mercado.

Ele ressaltou a responsabilidade do fornecedor de serviços - independentemente da existência de culpa - de reparar os danos causados aos consumidores, de forma a amenizar o sofrimento e de infligir ao causador sanção e alerta para que não volte a repetir o ato.

“Resta caracterizado o dano moral, pois ficou comprovado o constrangimento, o abalo e a angústia vivenciada pelo autor com o fato, quando teve a nota recusada no estabelecimento no qual estavam vários clientes na fila”, ressaltou o magistrado ao manifestar o seu voto pela condenação do banco. (Processo: 368942014)

Desembargador Froz Sobrinho profere palestra na Conferência Nacional dos Advogados

O desembargador Froz Sobrinho profere, nesta terça-feira (21), a palestra “Execução Penal e Direitos Constitucionais do Encarcerado”, na XXII Conferência Nacional dos Advogados, maior encontro jurídico da América Latina.

O evento está sendo realizado no Rio de Janeiro, no Riocentro, tendo como tema central “Constituição Democrática e Efetivação dos Direitos”. A exposição do magistrado ocorrerá no painel “Sistema Carcerário e Direito Penal”.

Cerca de 15 mil participantes participa no conclave para assistir a mais de 250 palestrantes, 40 painéis e conferências magnas. Os maiores nomes do direito e de outras áreas participam do mais importante fórum de debates da advocacia e da sociedade.

A Conferência Nacional é o órgão consultivo máximo da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), entidade que representa mais de 850 mil profissionais em todo o país.

Nela, são debatidos temas vitais ao interesse público, com o propósito de buscar rumos objetivos para a superação dos desafios e reafirmar o espaço reservado à advocacia.

Juízes recebem Selo Bronze do Conselho Nacional de Justiça

A corregedora-geral da Justiça, desembargadora Nelma Sarney, realizou a manhã desta segunda-feira (20), na sede da Corregedoria Geral da Justiça, a entrega do Selo Bronze pelo cumprimento de metas relativas à persecução penal. A placa, oferecida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), foi entregue aos juízes Osmar Gomes dos Santos, da 1ª Vara do Tribunal do Júri de São Luis, Antônio Agenor Gomes, da Comarca de Santa Helena, e Kátia Coelho da 3ª Vara do Tribunal do Júri de São Luis.

De acordo com o CNJ, O selo de bronze é uma forma de reconhecer o esforço de magistrados e servidores no cumprimento da Meta de Persecução Penal da Enasp. Receberam a placa as unidades que realizaram pelo menos quatro sessões do Tribunal do Júri durante a Semana Nacional do Júri, que ocorreu em março passado.

“É uma honraria que eu recebo como sendo o reconhecimento do trabalho de toda uma equipe. É algo que engrandece não apenas as unidades que a recebem, mas também o Poder Judiciário do Maranhão”, ressaltou Osmar Gomes. “Fico feliz com esse selo e repasso os parabéns a todos os servidores e o judiciário em geral”, disse Antônio Agenor. A Comarca de Santa Helena foi a única do interior que recebeu a placa.

“Na verdade, hoje o Maranhão é destaque nacional quando o assunto é metas relativas à persecução penal. As unidades do Estado são muito atuantes quando em se tratando de realização de sessões do Tribunal do Júri. Ocorre que muitas sessões, já previamente marcadas pelas comarcas e varas, não coincidiram com a realização da semana nacional do júri, senão certamente teríamos muitos mais magistrados estariam recebendo o selo bronze hoje”, enfatizou o juiz auxiliar da CGJ, Mário Márcio de Almeida. Ele é o gestor das Metas ENASP no Maranhão. Ele adiantou que a semana nacional do júri de 2015 será em abril.

“O recebimento dessa placa por parte de alguns magistrados maranhenses indica que o judiciário está no caminho certo, numa crescente. Certamente teremos mais juízes se destacando na próxima semana nacional do júri e em outras metas que, assim como essa, indicam avanços e melhoram a prestação jurisdicional seja na capital seja no interior”, disse Nelma Sarney.

Sobre a Meta Enasp 2014, o CNJ destaca que a ideia julgar até outubro de 2014 todas as ações penais de homicídios dolosos que tenham recebido denúncia antes de 31 de dezembro de 2009. Criada em 2010, a Enasp é uma parceria do CNJ com o Ministério da Justiça e o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) para integrar os órgãos responsáveis pela segurança pública no combate à violência.

Em relação à Meta Enasp de persecução penal – que busca julgar, pelo menos, 80% das ações de crimes contra a vida que foram iniciadas até o dia 31 de 2009 –, o Maranhão obteve o 3º lugar nacional, chegando perto da meta, com um índice de 75% das ações julgadas. Amapá e Acre alcançaram o primeiro e segundo lugar, respectivamente. Esse resultado demonstra que o Judiciário maranhense vem se destacando pelo processamento e julgamento dos crimes dolosos contra a vida, estando à frente de Judiciários com maior porte e poder econômico, como Distrito Federal, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo.

Enasp – A Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (Enasp) tem o objetivo de promover a articulação dos órgãos responsáveis pela segurança pública, reunir e coordenar as ações de combate à violência e traçar políticas nacionais na área. Lançada em fevereiro de 2010, a iniciativa é resultado de parceria entre os

Conselhos Nacionais do Ministério Público (CNMP) e de Justiça (CNJ) e o Ministério da Justiça (MJ).

2ª Vara Cível de Timon divulga resultado de seletivo para secretário judicial

A juíza Susi Ponte de Almeida, titular da 2ª Vara Cível de Timon, divulgou o resultado do seletivo para secretário judicial feito na unidade judicial. O nome da candidata selecionada é Eloísa Barbosa Cardoso Marangoni. Segundo a magistrada, o cargo de secretário judicial é um cargo em comissão e os candidatos foram avaliados por meio de entrevista e análise curricular, realizados pessoalmente pela juíza.

A jornada de trabalho é de 40 horas semanais em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, bem como os plantões seguindo escala da juíza da 2ª Vara Cível. O vencimento base para o cargo é de R\$ 6.025,87. O ocupante do cargo ainda tem direito a auxílio-saúde, auxílio-alimentação e vale-transporte.

De acordo com o Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado Do Maranhão, é função da secretaria de vara e ao seu secretário: receber do serviço de distribuição os feitos judiciais, inquéritos, petições e demais documentos, procedendo à autuação, se for o caso, e levando ao juiz da vara para despacho; cumprir os despachos e as determinações do juiz e praticar os demais atos de suas atribuições, decorrentes de lei, provimento e atos do presidente do Tribunal, do corregedor-geral e do juiz diretor do fórum.

Entre outras funções do secretário: proceder às anotações referentes ao andamento dos feitos no sistema de computação; assegurar às partes igualdade de tratamento; não atuar em causa em que tenha algum motivo de impedimento ou suspeição; manter rígido controle dos autos de processo em seu poder; comparecer pontualmente ao expediente e não se ausentar injustificadamente antes de seu término; ser assíduo e disciplinado.

TJMA lança serviço online de negociação entre consumidor e empresas reclamadas

21/10/2014

Serviço disponível no Portal do Judiciário do Maranhão (www.tjma.jus.br) permite que o consumidor acesse cadastro específico de empresas reclamadas para facilitar a negociação entre as partes. O procedimento pode ser feito tanto por quem moveu processo contra a empresa ou mesmo antes da abertura de alguma ação judicial. O acesso é feito eletronicamente no menu “cidadão”, na opção “agendamento de conciliação”.

Ao acessar o serviço, o cidadão tem à sua disposição um cadastro mantido pelos centros de conciliação com empresas interessadas em resolver reclamações feitas por seus clientes. Após identificar a reclamada, é possível enviar eletronicamente, pelo sistema Atende, um pedido automático de conciliação. O sistema também pode ser acionado pelo Telejudiciário (0800 707 1581), internet ou pessoalmente, em qualquer centro de conciliação.

O atendimento gera uma carta-convite que é enviada à empresa por email, contendo todas as demandas abertas contra ela no Estado.

O coordenador do Núcleo de Solução de Conflitos, juiz Alexandre Abreu, explica que, o entendimento pode acontecer até mesmo antes da realização da audiência, por meio de contato prévio entre a empresa reclamada e o solicitante, bastando apenas comunicar o acordo para o mesmo email do recebimento da carta convite. “O estabelecimento também poderá manifestar inexistência de proposta de acordo para aquela demanda, dispensando-se a realização do ato formal de conciliação”, complementa.

O juiz defende que a conciliação é a forma mais simples, rápida e eficaz de resolver um conflito. “Essa ferramenta é uma inovação implantada pelo TJMA para incentivar a cultura de paz”, ressalta.

Serviço online de negociação entre consumidor e empresas

Serviço disponível no Portal do Judiciário do Maranhão (www.tjma.jus.br) permite que o consumidor acesse cadastro específico de empresas reclamadas para facilitar a negociação entre as partes. O procedimento pode ser feito tanto por quem moveu processo contra a empresa ou mesmo antes da abertura de alguma ação judicial. O acesso é feito eletronicamente no menu "cidadão", na opção "agendamento de conciliação".

Ao acessar o serviço, o cidadão tem à sua disposição um cadastro mantido pelos centros de conciliação com empresas interessadas em resolver reclamações feitas por seus clientes. Após identificar a reclamada, é possível enviar eletronicamente, pelo sistema Attende, um pedido automático de conciliação. O sistema também pode ser acionado pelo Telejudiciário (0800 707 1581), internet ou pessoalmente, em qualquer centro de conciliação.

O atendimento gera uma carta-convite que é enviada à empresa por email, contendo todas as demandas abertas contra ela no Estado.

O coordenador do Núcleo de Solução de Conflitos, juiz Alexandre Abreu, explica que, o entendimento pode acontecer até mesmo antes da realização da audiência, por meio de contato prévio entre a empresa reclamada e o solicitante, bastando apenas comunicar o acordo para o mesmo email do recebimento da carta convite.

Publicado em 21-10-2014 14:55:30.share' class='twitter-share-button' data-via='idifusoraCom' data-lang='pt'>Tweeter

Judiciário lança projeto para combater a violência doméstica

Com o objetivo de difundir ações de prevenção e combate à violência doméstica e familiar contra mulheres, o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), Corregedoria Geral da Justiça (CGJ) e a Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (CEM) lançam o Projeto "Aprendendo com Maria da Penha no Cotidiano". As ações serão apresentadas, nesta quinta-feira (23), às 9h30, no Salão Nobre do Palácio da Justiça (Praça Pedro II, s/nº, Centro).

Por meio do projeto - que atenta às diretrizes da Lei Maria da Penha e das Resoluções nº 128/2011 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e nº 30/2011 do TJMA - serão promovidas palestras, projeção de vídeos e realização de oficinas sociais em associações de bairros, sindicatos, igrejas, escolas, universidades, dentre outros.

Oferecerá, ainda, apoio às vítimas através da oferta de qualificação profissional e inserção no mercado de trabalho e reconstrução de vínculos familiares e afetivos. O objetivo é difundir a Lei nº11.340/2006, que combate a violência doméstica e familiar contra a mulher.

Publicado em 21-10-2014 14:47:47.share' class='twitter-share-button' data-via='idifusoraCom' data-lang='pt'>Tweetar

Outubro Rosa chega ao Fórum de Justiça de São Luís

A campanha Outubro Rosa, que em todo mundo visa a promover o combate ao câncer de mama por meio da prevenção pelo diagnóstico precoce da doença, recebe apoio do Judiciário maranhense em cada nova edição. Em 2014, o Tribunal de Justiça e a Corregedoria já vinham manifestando apoio à iniciativa com ações internas. O fórum de São Luís intensificou as ações na última sexta 17, oportunidade em que servidores vestiram rosa e distribuíram laços na mesma cor para o público que esteve no prédio da Justiça, que também já conta com iluminação externa em tom rosado.

O câncer de mama não é um problema só da mulher. Psicologicamente a família de quem tem câncer também é afetada, disse o vigilante Daniel Bastos, que esteve no fórum na sexta-feira (17) e, ao ser atendido na Contadoria Judicial, conheceu mais sobre a campanha e aderiu ao movimento, usando o laço rosa. Ele elogiou a iniciativa e disse que ações como essa são importantes para incentivar a prevenção do câncer.

A chefe da Contadoria Judicial, Danielle Bottentuit, ressaltou que os servidores aderiam à campanha, vestindo-se de roupas no tom rosa e repassando informações sobre o movimento às pessoas que buscaram os serviços da unidade durante toda a sexta-feira (17). A sala de atendimento ao público também foi decorada com balões cor de rosa em forma de laços.

A campanha ganhou a adesão não apenas das servidoras. Os servidores também usaram roupas na cor rosa. Essa campanha é importante para difundir o exame preventivo e para reconhecer a crescente participação das mulheres na realização do exame de câncer, disse Carlos Andrew, que trabalha na Contadoria. Mas é importante destacar que, apesar da campanha ser voltada para o público feminino, o câncer de mama também pode ocorrer em homens.

Com 75% do quadro de servidores formado por mulheres, a Turma Recursal Cível e Criminal de São Luís teve adesão total à campanha. Diante do grande número de casos de câncer de mama no Brasil, é importante incentivar as mulheres a realizar o autoexame para o diagnóstico precoce da doença, disse a secretária judicial da Turma Recursal, Márcia Rocha.

De acordo com o Instituto Nacional do Câncer (Inca), a estimativa é de que em 2014 sejam diagnosticados mais de 57 mil novos casos de câncer de mama no Brasil, sendo o tipo da doença que mais mata no país. Informações do Instituto também apontam o diagnóstico tardio como a principal causa do alto índice de mortalidade no Brasil, se comparado com países desenvolvidos. Mais informações sobre a doença podem ser obtidas no portal do Inca www2.inca.gov.br.

A Diretoria do Fórum de São Luís também integrou o movimento na sexta-feira (17), com todos os servidores vestidos no tom rosa. Na 2ª Vara da Infância e Juventude, o juiz titular da unidade, José dos Santos Costa, e os servidores elegeram a quarta-feira (15) como dia D para demonstrar o apoio à campanha, vestindo-se todos a caráter.

A Campanha O movimento popular conhecido como Outubro Rosa é comemorado em todo o mundo. Começou nos Estados Unidos, onde vários estados tinham ações isoladas referentes ao câncer de mama e ou mamografia no mês de outubro. Posteriormente, com a aprovação do Congresso Americano, outubro se tornou o mês

nacional (norte americano) de prevenção do câncer de mama.

Esse movimento começou em 1990, durante a primeira Corrida pela Cura, em Nova Iorque (EUA). Em 1997, entidades de outras cidades dos EUA começaram a promover atividades voltadas ao diagnóstico e prevenção da doença e o mês de outubro foi escolhido como marco para as ações. O nome remete à cor do laço que simboliza a luta contra o câncer de mama e estimula a participação da população, empresas e entidades.

A doença O câncer de mama, como todo tumor maligno, é caracterizado por um crescimento acelerado, desordenado e agressivo de células, que por consequência de uma mutação adquirem a capacidade de se multiplicar. Na fase mais aguda, o câncer costuma se espalhar para outras partes do corpo, um fenômeno conhecido como metástase.

A doença recebe este nome porque atinge glândulas mamárias formadas por lobos, que se dividem em estruturas menores chamadas lóbulos e ductos mamários. Há diferentes tipos de câncer de mama e a realização do procedimento médico conhecido como biópsia, permite uma análise patológica do tumor, a qual ajuda a identificar qual é o estágio do câncer.

O câncer tem cura, mas é importante o diagnóstico precoce. A principal arma é a prevenção, que inclui procedimentos que podem ser realizados em casa ou por meio de exames médicos especializados. Destaca-se que a maioria dos nódulos detectados na mama é benigna e quanto mais cedo eles forem detectados, mais fácil será a cura.

2ª Vara Cível de Timon divulga resultado de seletivo para secretário judicial

A juíza Susi Ponte de Almeida, titular da 2ª Vara Cível de Timon, divulgou o resultado do seletivo para secretário judicial feito na unidade judicial. O nome da candidata selecionada é Eloísa Barbosa Cardoso Marangoni. Segundo a magistrada, o cargo de secretário judicial é um cargo em comissão e os candidatos foram avaliados por meio de entrevista e análise curricular, realizados pessoalmente pela juíza.

A jornada de trabalho é de 40 horas semanais em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, bem como os plantões seguindo escala da juíza da 2ª Vara Cível. O vencimento base para o cargo é de R\$ 6.025,87. O ocupante do cargo ainda tem direito a auxílio-saúde, auxílio-alimentação e vale-transporte.

De acordo com o Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado Do Maranhão, é função da secretaria de vara e ao seu secretário: receber do serviço de distribuição os feitos judiciais, inquéritos, petições e demais documentos, procedendo à autuação, se for o caso, e levando ao juiz da vara para despacho; cumprir os despachos e as determinações do juiz e praticar os demais atos de suas atribuições, decorrentes de lei, provimento e atos do presidente do Tribunal, do corregedor-geral e do juiz diretor do fórum.

Entre outras funções do secretário: proceder às anotações referentes ao andamento dos feitos no sistema de computação; assegurar às partes igualdade de tratamento; não atuar em causa em que tenha algum motivo de impedimento ou suspeição; manter rígido controle dos autos de processo em seu poder; comparecer pontualmente ao expediente e não se ausentar injustificadamente antes de seu término; ser assíduo e disciplinado.